

Artefatos genealógicos e ancestralidade judaica no Suriname¹

Thiago de Niemeyer Matheus Loureiro*

RESUMO

O trabalho buscará analisar as “Stambomen” - literalmente “árvores genealógicas” - como ponto de partida para uma reflexão acerca da materialidade da ancestralidade e do parentesco nesse contexto etnográfico. Buscarei contemplar desde o processo de pesquisa (onderzoek) em arquivos ou com pessoas mais velhas, até processos de elaboração, “rascunho” e a forma final desses artefatos. Além disso, os próprios judeus guardam objetos e produzem distinções entre o que são ou não “arquivos”, de acordo com a natureza dos objetos e a forma como são organizados. De todo modo, os “documentos” e os “arquivos” (ambos artefatos específicos que buscarei apresentar no trabalho) que os contêm devem ser protegidos, dada a capacidade de determinadas informações de autorizarem ou desautorizarem parentelas ou contestar a judaicidade dos sujeitos. Nesse sentido, as informações contidas nesses artefatos são de certa forma parentesco em “estado bruto”, já que é possível relacionar pessoas que não tenham relação a partir apenas de pesquisa documental (onderzoek).

Palavras-chave: Suriname. Judaísmo. Genealogias. Ancestralidade.

Genealogical artifacts and Jewish ancestry in Suriname

ABSTRACT

The following paper analyses the “stabomen” - literally genealogical trees - as a starting point to a reflection on the materiality of ancestry and kinship in this specific ethnographic context, investigating the making of these artifacts from the process of research (onderzoek) in archives or with elders to their elaboration and final form. In this context, people collect objects and make distinctions between what is or is not an “archive” according to the nature of their contents and their organization. “Documents” and “archives” must be protected, given the power of certain pieces of information to authorize or contest kinship ties and the Jewishness of specific subjects. The inscriptions in these artifacts are considered to be kinship in its “raw state”, since it is considered possible to relate people with no connection through archival research (onderzoek).

Keywords: Suriname. Judaism. Genealogies. Ancestry.

INTRODUÇÃO

Em 2009, em uma tentativa de reavivar o judaísmo no país, um rabino reformista, que passava uma temporada no Suriname, tentou fazer uma pesquisa nos arquivos da sinagoga, oferecendo àqueles com ascendência judaica a chance de se converterem ao judaísmo. Essa atitude escandalizou muitos membros da comunidade, não só os de inclinação mais ortodoxa. Embora a Sra. A tenha sido forte entusiasta da iniciativa do Rabino, orgulhando-se de ter sido “a primeira pessoa a levá-lo à Jodensavanne”², muitos outros judeus temiam que, no limite, todo o Suriname fosse elegível à conversão pelos critérios reformistas. Alguns judeus consideravam a medida “muito

extrema”, temendo que ocorresse uma conversão maciça à religião. Um senhor que se considera liberal disse temer que a “sinagoga ficasse como as igrejas pentecostais, cheia de gente desesperada”.

Um grande número de pessoas entende que parte dos surinameses tenha alguma ascendência judaica. Já ouvi de um interlocutor dizer que, “embora hoje ninguém nos dê importância, todo mundo tem algum sangue judeu... todo mundo é um pouco judeu nesse país”. Esse tipo de afirmação, que pretende mostrar o quão importantes são os judeus no Suriname e admite o compartilhamento de substância, não implica em dizer que todos podem reclamar ‘judaicidade’. Ser um “pouco

* Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ e bolsista de pós-doutorado do PPGCSO/UFJF
Email: thiago.niemeyer@gmail.com

“judeu” e ter “algum sangue judeu” não equivalem a ser judeu. Se os critérios da *Hallakha*³ não são sempre usados como parâmetros para declarar quem é ou não judeu, o acesso e produção de “documentos” e “arquivos” para sustentar alegações de ancestralidade são absolutamente fundamentais. Se todos têm sangue judeu, nem todos dispõem dos meios ou interesse em sublinhar suas ligações a “ancestrais” tidos como mais ou menos importantes⁴.

No caso de meus interlocutores, os documentos que eles consultam e produzem autorizam ou desautorizam determinadas ancestralidades, firmam parentelas e fazem determinadas pessoas possíveis “judeus”. Os papéis fazem parentesco, a partir da ligação a um ancestral comum associada a afinidades pessoais e nomes de família. Algumas perguntas, no entanto, se impõem: qual é o caráter desses objetos que aproximam ou afastam pessoas (física ou idealmente), agregam diferentes temporalidades e ligam a pessoa ao passado fundante do país? Como são feitos? O artigo a seguir trata precisamente das agências e feitura desses artefatos documentais.

Para que tudo não soe deslocado, me alongando o mínimo possível: o Suriname, antiga colônia holandesa situada no norte da América do Sul, é possivelmente, usando de maneira livre a distinção de Evans-Pritchard, muito mais distante de nós estruturalmente do que ecologicamente. Não raro, a recente popularização do Brasil nos noticiários internacionais e o ingresso do Suriname na União de Nações Sul-Americanas - UNASUL fazia com que a mídia local se referisse ao país como “um gigante em nossas costas” aludindo a uma orientação que tem como referência geográfica a Europa, os EUA e o Caribe, do qual o país faz parte, assim como ao esforço que seria necessário para integrar-se à América do Sul.

Minha pesquisa foi conduzida em Paramaribo, capital do país, e onde viviam quase metade dos 492.829 habitantes recenseados em agosto de 2004⁵. Estima-se, hoje, contudo, que haja no país por volta de 530.000 pessoas. Do ponto de vista censitário, a maioria da população é de origem indiana, e começou a ser trazida em 1873, dez anos após o fim da escravidão, para substituir os escravos negros como “trabalhadores contratados” nas plantações em regime de certa forma análogo à servidão. Os afro-surinameses, descendentes de escravos libertos compõem o segundo maior grupo étnico, seguido pelos javanese (que chegaram ao país de forma parecida a dos indianos, especialmente depois da proibição da contratação destes em 1917), os *Maroons*, descendentes de escravos fugidos que

vivem, em sua maioria, fora da cidade e os ameríndios. Recentemente, houve um aporte grande de brasileiros, que em geral trabalham em atividades relacionadas ao garimpo, e de chineses, que em geral se estabelecem ou trabalham em diversos tipos de empreendimentos comerciais: normalmente mercados e restaurantes.

Dentro desse horizonte, a população judaica é composta por um número estimado de 200 a 300 habitantes, que representam um percentual desprezível em termos censitários. Em minha primeira visita procurei o departamento de estatística para obter dados oficiais (além da folha do censo) e perguntei a um dos funcionários como tratavam os judeus. Segundo ele, aqueles que identificam judaísmo como religião são enquadrados pelo departamento surinamês de estatística, na categoria “outras religiões”, subitem “judaísmo” (junto com “Testemunha de Jeová”, “Winti”⁶ e “Javanismo”, além de um campo para que se especifique outra possível opção religiosa). Na categoria “etnicidade”, aos que se identificam “judeus” é sugerido que se escolha outra categoria (caso contrário, o recenseador marca, também, “outros”). Meus interlocutores, que responderam ao último censo, se declararam “branco”, “herança mista”, “chinês”, “português” e “judeu”, os dois últimos enquadrados na rubrica “outros”.

A autoidentificação “português” não é contingente, como buscarei mostrar nas páginas que seguem. Grande parte dos judeus do país descende de uma elite de plantadores escravocratas portugueses, que se fixou no interior do Suriname século XVII, após serem expulsos do Recife pelos portugueses. O território concedido pela coroa inglesa (o Suriname era, então, colônia britânica) onde os judeus se estabeleceram ficou conhecido como *Jodensavanne* (literalmente, “savana judaica”), e tem a mais alta importância na forma como os judeus entendem o passado e sua relação com os ancestrais. O lugar começou a ser ocupado no final do século XVII e foi sendo gradualmente abandonado, por razões diversas, a partir do final do século XVIII, até que em meados do século XIX apenas seus cemitérios estavam em atividade. A imagem que os judeus fazem de si é a de remanescentes de uma elite colonial. Embora haja famílias *sefarditas*⁷ (judeus originários de Portugal e Espanha) e *asquenazitas*⁸ (oriundos da Europa central e oriental), a herança portuguesa é em geral ressaltada como sendo mais prestigiosa. Há uma longa história de conflitos entre a comunidade portuguesa sefardita e a comunidade alto-germânica asquenazita. Desde 2004, contudo, as duas comunidades se uniram oficialmente sob o nome de “Comunidade Judaica do Suriname” (*Surinaamse Joodse Gemeente*)

congregando na antiga sinagoga alto-germânica.

A antiga sinagoga portuguesa abriga hoje uma loja de computadores, e o dinheiro do aluguel é utilizado para manter o funcionamento da sinagoga ativa. Ainda há tensões latentes entre judeus das duas origens, assim como aqueles de tendência mais ortodoxa e os de inclinação liberal (trata-se de uma denominação, oficialmente, liberal). Embora se fale uma miríade de línguas no Suriname (indianos e javanese tendem a falar sua própria língua em casa, a língua franca é o *Sranan Tongo*⁹, há uma série de línguas maroon no interior e a língua oficial é holandês, além de o inglês ser normalmente dominado por aqueles que frequentaram a escola até, pelo menos, o fim do ensino fundamental), o idioma utilizado nas residências judaicas é, invariavelmente, o holandês. Alguns judeus afirmam não falar o *Sranan Tongo* - embora o façam em interações cotidianas, especialmente com chineses, brasileiros ou pessoas vindas do interior (*binnenland*) e que não dominam a língua holandesa - e os jovens tendem a usar a língua crioula na rua, em outros círculos sociais.

A aceitação de que apenas parte de sua família seja judaica, com a adoção dos costumes liberais, faz com que muitos judeus identifiquem seus parentes como chineses, crioulos, indianos, etc., e não é incomum que filhos de mães cristãs ou muçulmanas frequentem a sinagoga. Resumindo uma discussão bastante longa, a falta de mulheres brancas no mercado matrimonial ao longo do século XX (culminando com a descolonização em 1975) aumentou a permissividade com relação ao casamento entre judeus “brancos” e membros de outros grupos étnicos. Hoje em dia, uma parte muito pequena da comunidade se identifica como branca, em geral os mais velhos, retornados depois de trabalhar a vida inteira na Holanda.

Meus interlocutores eram judeus residentes da capital (um ou outro viviam em outras cidades ou distritos, mas visitavam a capital com frequência), alguns retornados ao país após trabalhar a vida toda na Holanda, outros residentes no Suriname desde que nasceram, ou retornados após uma experiência migratória considerada “frustrada”. Dentre os mais velhos, que vivenciaram a descolonização em 1975, alguns optaram por permanecer e se tornaram cidadãos do novo país, enquanto outros entenderam que a melhor decisão seria abandonar o então território e viver na antiga metrópole. Alguns eram muito jovens à época da descolonização, e a decisão foi tomada à sua revelia: dessa forma, há casos de irmãos mais velhos que optaram por abandonar o país - ou eram escolhidos por seus familiares -

enquanto os mais jovens ficavam. Muitos viveram também nas Antilhas, nos Estados Unidos e em outros países, e diziam passar o máximo de tempo possível no Suriname, uma vez tendo se estabelecido suficientemente em seu novo destino a ponto de visitar o país com frequência. O fluxo migratório prosseguiu durante a década de 1980, culminando na guerra civil que assolou o interior do país entre 1986 e 1992.

As profissões de meus interlocutores são as mais variadas: empreendedores de portes diversos - desde pequenos armazéns de roupas, lojas de reparo de colchões, pequenas e grandes importadoras - médicos, enfermeiras, motoristas de táxi, funcionários públicos, etc. É comum que se exerça mais de uma atividade: alguns judeus são senhorios de casas que herdaram de seus familiares, trabalhando em outras atividades para complementar a renda. Muitos dos mais jovens são estudantes; fazem-se planos de que alguns façam curso superior no exterior (especialmente na Holanda), a partir de financiamento dos pais ou de uma rede de solidariedade mais ampla. Outros têm cidadania holandesa, fruto de escolhas feitas por sua família no passado. Alguns concluíram a escola na Holanda e optaram por retornar ao país, para abrir um negócio, fugir do alto custo de vida, ou simplesmente fugir do “frio” e das excessivas preocupações da antiga metrópole. É comum ouvir o ditado: “melhor viver no Suriname, do que debaixo do gelo na Holanda!” (*Liever wonen in Suriname dan in Nederland op het ijs/moro betre libi in sranang, dan go libi tap a ijs in tata*)

Acompanhar o percurso e a forma como esses objetos são produzidos é fundamental para entender não apenas a forma como são feitos, como as relações que produzem. O fato de minha anfitriã ter um gosto especial pelo passado judaico foi de grande valia. Além de frequentar regularmente os eventos da comunidade, não raro passava horas produzindo rascunhos de listas genealógicas e digitalizando documentos. Em diversas ocasiões, pude ajudá-la a traduzir as inscrições em português presentes nas lápides dos cemitérios de *Jodensavanne* ou no cemitério sefardita da cidade. Sua principal ocupação é a de guia turística, organizando passeios às ruínas judaicas e à sinagoga do centro histórico. Ela está constantemente produzindo textos e anotações relativas aos “monumentos” e, quando eu cheguei pela primeira vez em sua casa, pediu que eu a ajudasse com alguns textos em português sobre os judeus no Recife, para que ela pudesse elaborar melhor suas visitas guiadas.

Annemarie Mol sugere que instrumentos e práticas “declaram”¹⁰ a existência de objetos. Em uma rede¹¹, nos deparamos com uma multiplicidade

de “determinações” e traduções ontológicas. Toda realidade tomada como “dada” ou “natural” pode ser rastreada até sua produção, formada por uma cadeia de processos de “hibridização” e “tradução”. Trata-se, assim, de admitir que as formas instituídas sejam antes “determinadas” do que já dadas, e buscar descrever a materialidade concreta de sua composição. O uso do termo “declarar” [to enact] não é contingente. Em “o Corpo Múltiplo”, Annemarie Mol opta por abandonar o termo “performance”, em favor de “um termo comprometido com um menor número de agendas”. Para ela, a solução era buscar uma palavra nova, que ressoasse com menos questões exploradas no passado. Falar de “determinação é um afastamento de outra forma de falar sobre os objetos, aquela em que a ideia de ‘construção’ tem lugar proeminente”. Escapar do “construtivismo” é importante, pois, segundo ela, é preciso dotar os objetos não só de um passado “contestado e acidental”, mas de “um presente complexo, onde suas identidades são frágeis e podem variar de acordo com o lugar”. (MOL, 2002, p. 41, 43)

Como e por que determinados artefatos incorporam formas específicas de conhecimento? Quais são as práticas que dotam esses objetos de uma agência capaz de determinar o passado, testemunhar sobre famílias e explicar comportamentos de pessoas? Por que as listas genealógicas são tão centrais? De que forma se intervêm nos arquivos para que deles se extraíam genealogias? Por que os nomes têm uma importância tão destacada? Qual é a relação entre pessoa, família e nome? Essas são algumas das perguntas que se impõem aqui.

Ao construir uma árvore (*stamboom*), o procedimento é bastante parecido; os primeiros ancestrais estão memorizados (*committed to memory*) enquanto os próximos necessitam do uso de árvores já feitas por seus avôs ou bisavôs. Supõe-se, contudo, que há uma série de ingenuidades a serem corrigidas nas antigas árvores, de modo que estas funcionam, via de regra, como pontos de partida (algumas famílias, menos interessadas no *onderzoek* [pesquisa] genealógico, simplesmente atualizam as antigas árvores). Os arquivos da sinagoga são considerados particularmente importantes, por poderem revelar possíveis laços de parentesco. A pouca disponibilidade em pesquisá-los, entretanto, faz com que se busque informação no “Arquivo Nacional do Suriname” e no “Arquivo Judaico de Haia” (na Holanda), entre outros.

Interessa, primordialmente, quem foi seu pai, o pai de seu pai, e assim por diante. Embora as mulheres apareçam nas genealogias, as ancestrais têm importância bastante reduzida se comparadas

aos homens. Uma das razões, segundo alguns de meus interlocutores, é que “as mulheres não passam o nome”. Nesse sentido, não só sua ancestral não é exatamente ‘da sua família’, como seria absolutamente improdutivo buscar por pessoas que não deixam evidências para a geração seguinte. Os ancestrais homens são mais valorizados, ademais, por protagonizarem histórias, terem sido os donos de plantações, figuras importantes, etc.

Há um trabalho constante em fazer e refazer a árvore, consertando detalhes e adicionando, eventualmente, parentes colaterais ou mulheres; muitas delas são rascunhadas em cartolina ou grandes folhas de papel (em geral a lápis) e depois digitalizadas. Esse processo de digitalização é, obviamente, novo. Os arquivos da mãe de minha anfitriã dispunham de diversas genealogias datilografadas. Parece-me, contudo, que uma vez feito um esboço, o documento deve ser, de alguma maneira, formalizado. O importante é que a genealogia impressa e não a manuscrita é aquela que vai ser apresentada a estranhos, caso necessário.

Nessas genealogias digitalizadas, assim como nas datilografadas que encontrei nos arquivos da mãe de minha anfitriã, dados utilizados somente como referências tendem a ser removidos. Refiro-me a todo tipo de inscrição que não se faça visível no desenho final da árvore: parentes que são utilizados apenas como referência para facilitar a localização de outros ancestrais, troncos de parentesco colateral que acabam em linhas indefinidas, rasuras, datas duvidosas, etc. Esses dados, contudo, integram o conjunto de “complexidades” excluídas desses artefatos. Não se trata de uma irrelevância em princípio, mas do fato de que um texto “não pode fazer tudo ao mesmo tempo ou dizer tudo”. (Mol, 1999; Law, 2002, p. 6)

Há também a possibilidade de criar versões resumidas do *Stembom*. A mais comum é aquela em que o nome do seu ancestral mais antigo é colocado no começo e é traçada uma linha que leva até você. Essa é a mais resumida das formas genealógicas, em que não há espaço para irmãos, irmãs, tios, tias ou mesmo mães e avós. Apenas uma pessoa é relacionada por geração e só é possível que esta seja uma mulher caso seja a última (no caso, a mais recente). Minha anfitriã utilizava essa forma resumida em sua vista guiada à Jodensavanne, no intuito de mostrar aos turistas o túmulo de alguns de seus ancestrais. Para ela, seria mais fácil visualizar a ascendência, já que olhos menos treinados tendem a se perder em meio a árvores um pouco maiores. Nesse caso, esse formato tinha caráter, sobretudo, didático.

Há listas disponíveis de homens que chegaram, ao longo dos séculos, para construir o hospital, trabalhar na milícia judaica ou simplesmente buscar uma vida de maior liberdade religiosa e oportunidades em *Jodensavanne* ou já em Paramaribo. Muitos destes, por vezes, possuem o mesmo sobrenome dessa ou daquela pessoa e não é incomum que haja certo esforço em ligá-lo a você. Ainda que alguns não tenham chegado para fazer trabalhos considerados prestigiosos, eles atestam antiguidade, e essa relação de tocar de alguma forma o passado, fazê-lo visível e vivenciá-lo parece ser sempre prazerosa. É possível, muitas vezes, encontrar a partir deles pistas que levem aos seus ancestrais mais antigos, já que nem todos descendem dos primeiros moradores de *Jodensavanne*. Com o advento da internet, a troca de dados genealógicos tornou-se mais intensa. A “Sociedade Genealógica do Suriname” temporariamente envia um newsletter contendo informações sobre atividades e dúvidas de usuários, que em geral dizem respeito a seus antepassados¹².

A precisão é uma qualidade sempre aventada como necessária na produção de uma genealogia. Muitas não são levadas a sério, já que, para montar uma boa genealogia, é necessário ser um bom *onderzoeker*. Este se assemelha, em alguns aspectos, ao bom historiador, exceto pelo fato de que, via de regra, já sabe o que procura. Deve ser “minucioso, não se deixar levar por falsas pistas, ter paciência para encontrar informações valiosas perdidas em meio a centenas de informações irrelevantes e, saber onde estão os dados relevantes na montagem de uma genealogia.” Posteriormente, há todo o trabalho de conectar essas informações, de modo a dotá-las de sentido. É preciso que se tenha paciência, já que, como me explicaria minha anfitriã: “muitas vezes se encontra um lapso de 40 ou 50 anos e este, dada a pouca expectativa de vida das mulheres e o hábito dos viúvos em se casarem de novo, não representa um número definido de gerações”. Preencher esses espaços é essencial; se não há nada entre eles, a quantidade de homônimos pode criar um ponto “questionável” na genealogia que está sendo feita. Enfim, muitas vezes, a criação e manutenção de material genealógico é o trabalho de uma vida. Além disso, muito poucos conseguem, de fato, preencher as genealogias de tal forma que não haja espaços entre esse ou aquele ancestral. É, de fato, como me diria um interlocutor, um “craft”, já que, “ao invés de ourivesaria ou carpintaria (...) trata-se de buscar dados em arquivos”.

A confecção desses objetos procura condensar todo tipo de evidência que possa ligar a pessoa ao ancestral: estes não são o ancestral, mas antes a prova de determinada ancestralidade como os Churinga

analisados por Lévi-Strauss em “O Pensamento Selvagem”¹³. São, em geral, produzidos a partir de papéis, consultas aos mais velhos, intervenções em arquivos, etc. São na maior parte das vezes feitas pela própria pessoa, para seu uso e de seus descendentes diretos (filhos e netos) que, quando mais velhos, podem vir a enriquecer, corrigir ou adicionar informações ao *Stamboom*. Embora a noção de reencarnação seja estranha aos judeus, a ideia de que as famílias têm características mais ou menos definidas ao longo dos séculos é bastante difundida. Estas características, atribuídas tanto ao sangue quanto ao processo de socialização, derivam dos primeiros ancestrais, que em geral são quase arquétipos dos tipos de comportamento atribuídos às famílias. Menciona-se, ocasionalmente, o fato de o espírito viver “através das gerações”. Qualquer tentativa de comparação com reencarnação, no entanto, é imediatamente rechaçada e a maior parte das explicações tendem a equiparar espírito e sangue: ele passa de geração para geração. O espírito de um ancestral sobrevive a seu corpo físico e está presente em todos (e não apenas um) de seus descendentes.

TRABALHO EM ANDAMENTO

“Posso passar a noite inteira fazendo esses rascunhos!”

No prefácio de “Complexities”, Annemarie Mol e John Law opõem aos “sistemas classificatórios” um formato a que chamam “lista”. A “lista” não implica em uma única forma de ordenar o que nela está incluso, e se opõe aos “sistemas classificatórios” na medida em que não pressupõe um mundo único e conformável por um modo específico de ordem. A lista é “não sistemática, alerta, sensível a estímulos, mas aberta para surpresas”. O exemplo mobilizado pelos autores propõe a taxonomia zoológica como sistema classificatório em oposição à lista heteronímia que Foucault toma de empréstimo de Borges no prefácio à “Ordem das Coisas”¹⁴. Esse formato pode ajudar a pensar a multiplicidade de objetos com os quais me deparei em campo. As *stambomen* (árvores genealógicas), em especial, assim como as genealogias, possuíam um formato notadamente aberto. O processo de *onderzoek* completaria gradativamente esses artefatos, acrescentando ou removendo inscrições. Muitos deles eram herdados, de modo que uma pequena reparação, para aqueles não muito interessados em produzir esse conhecimento, bastava. Recebe-se o documento de um familiar, muitas vezes alguém que morre e, logo, não é mais capaz de inscrever nele registros; espera-se que aqueles que

recebem o documento pronto mantenham em dia os nascimentos, casamentos, etc. A temporalidade desses objetos, para aqueles com maior interesse, não é inquestionável: o trabalho de pesquisa trata, justamente, de inscrever dados no passado que, por definição nativa, são mais difíceis de ser encontrados. Aí reside a prática de *onderzoek*, uma espécie de pesquisa, mas não só: fazer *onderzoek* é pesquisar, mas também estampar “descobertas” (ontdekken) em cartolinas, escrevê-las em cadernos ou imprimi-las com auxílio de computadores. O trabalho é colaborativo por princípio, mas também de formas pouco usuais: pode-se encontrar outro documento e apenas completá-lo. É possível ser acusado de roubar o *onderzoek* de alguém, mas quando as descobertas dizem respeito à sua família-nome, o “nome” ou “sangue” conferem autoridade para que esse “roubo” não cause muito mais do que um mal estar no “pesquisador”: apropriar-se das “descobertas” se torna legítimo, já que se trata de sua família. De todo modo, quando se descobre algo acerca de uma família ou pessoa da qual não se gosta, não se revela essa informação a não ser que seja desabonadora - e quando esse é o caso, pode-se contar a famílias e pessoas próximas. No entanto, mesmo que se trate de desafetos, quando se descobrem informações que desautorizam determinadas ancestralidades de outras pessoas ou famílias, a tendência é não revelá-las publicamente. Penso que há um medo de que as outras famílias disponham do mesmo tipo de informações sobre você (da qual nem mesmo você sabe), criando um ambiente tácito de trégua. Enquanto roddel¹⁵, no entanto, essas informações circulam das mais variadas formas. É comum ouvir frases do tipo “Fred diz ser descendente de Abraham D¹⁶, mas, em minhas pesquisas em Haia¹⁷, descobri que não é, como eu suspeitava. Claro que não vou falar isso em público... Não quero humilhá-lo. Nem vou contar isso a ele, até porque ele é uma boa pessoa”.

Escondem-se os “arquivos” pessoais, dessa forma, para evitar que se roube seu *onderzoek* e suas informações genealógicas. Espera-se um pedido gracioso pelo acesso à informação: deve-se contar com boas relações, também, com aquele que dispõe do “arquivo”. Esse é restrito, de toda forma: parte de seu “arquivo” pode ser consultável, parte não. Quando o interesse na consulta aos dados é para a criação de algo “comercializável” (um livro, por exemplo), espera-se que alguma contribuição financeira seja feita, em geral apenas no caso de o projeto se concretizar - caso se abandone a escrita do livro, não há necessidade de pagamento. Esse caso é mais comum com pesquisadores estrangeiros do que com pesquisas de interesse genealógico. No meu caso, algumas pessoas permitiram acesso

pleno ao seu material: deixavam claro, contudo, que o faziam porque meu interesse não podia ser “maligno”. Como alguém que está fora do universo de possibilidade de quem pode reclamar essa ou aquela ancestralidade, meu interesse era diferente daquele dos demais membros da comunidade, embora eu estivesse, também, fazendo meu próprio *onderzoek*.

Voltando às genealogias, estas são sempre “um trabalho em andamento”, como me disse uma interlocutora. Embora se possa reclamar uma espécie de autoria - a pessoa que desenha a árvore diz, em geral, que essa é “a árvore que eu fiz” -, assim como a “lista (...) ela se mantém aberta (...) no sentido de que reconhece sua incompletude. Se alguém aparecer com algo para adicionar à lista, algo que emergja como importante, isso pode, de fato, ser adicionado a ela” (MOL, LAW, 2002, p. 14). Não é possível dar um ponto final à lista, a não ser que a família “acabe” (acabar aqui no sentido de não haver descendentes vivos que carreguem o nome, ou se interessem por reclamá-lo). Ainda assim, segundo uma interlocutora, “você pode ir com a *stamboom* sempre para trás, mas tem que ser muito bom nisso e ter sorte. Eu quero descobrir qual era o nome C antes da inquirição”. Dessa forma, nem mesmo o fim da família acaba com a possibilidade “de direito” de produzir genealogias: a parte considerada mais interessante do trabalho é justamente “descobrir ancestrais mais e mais antigos” - ela é vista como ‘infinita’ no sentido de o quanto se pode regredir. As genealogias são criadas por meus interlocutores a partir das inscrições mais diversas: pesquisa em arquivos, memórias, livros, informações dos mais velhos e toda sorte de material que se considera como possivelmente útil para quem busca informações sobre “família” e “ancestrais”. Raramente se começa sua própria genealogia: é mais cômodo utilizar aquelas feitas por parentes, acrescentando as inscrições necessárias à sua ligação com o ancestral ou revendo possíveis “erros”. Ao se elaborar uma *stamboom*, é comum ligar para um parente próximo (com o qual se tenha boa relação) e fazer as adaptações necessárias. Se o parente compartilha do mesmo avô, o primeiro passo é “dar mais atenção” às gerações mais novas, especificamente, pai/mãe, ego e seus filhos/filhas. Para que a árvore não se torne muito grande, é comum não se detalhar casamentos de tios e tias, nem incluir primos em primeiro grau. Além disso, as genealogias ficam guardadas muito tempo, de modo que gerações mais recentes e certos casamentos não estão registrados.

Gostaria de destacar outras questões implícitas na

produção desses artefatos: a mobilização de pessoas, práticas e objetos em todos os estágios do processo de feitura de uma genealogia e as possibilidades implicadas na produção dos “rascunhos” (inscrições que contêm dados que não comporão a parte visível da forma final do artefato). Olivia Cunha oferece subsídios mais específicos para que acompanemos as apropriações ontológicas dos artefatos textuais chamando a atenção para “a primazia do que chamamos ‘dado’, ‘informação’, ‘registro’, ‘evidência’ e ‘fonte’ - conhecimentos que objetos textuais guardados em arquivos supostamente contêm - frente aos suportes tácteis nos quais circulam e a partir dos quais podemos apreendê-los” (CUNHA, prelo, p. 4). Enfim, encontrar uma solução metodológica que consiga tratar o que se impõe como ‘forma’ e ‘conteúdo’ - e tudo o que encerram - de modo que estes não resvaluem em um dualismo indesejado (cf. Cunha, Prelo1). Até que cheguem à sua forma “final”, uma genealogia passa por transformações materiais e traduções ontológicas diversas: papéis são rabiscados e jogados fora, canetas ou lápis são preferidos por questões diversas e determinadas inscrições são declaradas irrelevantes. Se o rascunho não se encontra na forma “estável” de um artefato textual, certamente sua ‘ausência’ se dá de maneira diferente daquela de uma ‘ausência’ de fato. Opera, nesse tipo de caso, um registro transversal de presença-ausência.

Penso que não seja possível ignorar que as mais diversas inscrições componham e sejam removidas, pelas mais variadas razões, uma *stamboom* antes de seu formato considerado “final”. Em “*The Network Inside Out*”, Annelise Riles produz uma etnografia sobre as práticas documentais das delegadas fijianas na preparação para o “Quinto Congresso das Nações Unidas para a Mulher” em Pequim, em 1995. Uma questão importante na elaboração dos “documentos” era a obtenção de um texto ideal, ou “limpo”. Como fazê-lo, contudo, com a quantidade de delegadas e sua diversidade de opiniões sobre o que deveria ser seu conteúdo? Uma das formas examinadas pela autora é o uso de “colchetes”. Quando usados em ‘rascunhos’, unem “todas as alternativas possíveis de formulação em um documento longo e confuso”: qualquer delegado pode adicionar qualquer coisa a um documento, contanto que o faça entre colchetes (RILES, 2001, p. 84). O espaço entre os colchetes é o da falta de consenso e da discordância tornando, na maior parte das vezes, suas inscrições ilegíveis, já que condensam formulações de diversos delegados. Um documento “acabado” é aquele em que os colchetes são removidos, e o texto tornado “limpo”. “Remover os colchetes” (*lifting the [square] brackets*) cria a versão final dos documentos, de maneira que “a forma gera consenso onde a doutrina e o

conteúdo nunca o fariam”. Qual é o estatuto das inscrições feitas como “rascunhos” no artefato em sua forma final? Se não estão ‘presentes’ na forma visível de um “documento”, certamente sua ‘ausência’ não é da mesma ordem de uma inscrição nunca “rascunhada” (*drafted*): em algum momento, por alguma razão, ela foi relevante a ponto de ser inscrita ou aventada como possibilidade. Se não há uma resposta precisa para a pergunta, penso que se pode acompanhar o modo como os “rascunhos” compõem as genealogias ao longo de seu processo de produção adotando uma perspectiva estritamente praxiológica.

As genealogias são inscritas de inúmeras maneiras até a forma considerada “ideal” emergir. “Cada um tem um tipo preferido de rascunho [*draft*], mas eu prefiro o lápis e a cartolina”. A razão para a preferência das folhas de cartolina era que seu tamanho comportava anotações a lápis, que seriam posteriormente “limpas”, antes de o *stamboom* ter uma forma “pronta”. É possível traçar setas e marcadores que devem chamar a atenção para detalhes que não se deve esquecer: profissão, morte prematura, necessidade de revisão de datas de nascimento, nome do cônjuge, remeter a outra lista, etc. Pode-se, contudo, anotar quase qualquer coisa nesses papéis. Um amigo, quando tinha um compromisso “sempre anotava no canto da folha (...). Se você me deixar eu passo a noite fazendo isso, então eu coloco minha agenda nos rascunhos”. Um senhor viria a me dizer que:

O rascunho é só pra mim, então eu ponho telefones importantes...às vezes alguém sabe de alguma coisa, eu faço uma seta e ponho o número [de telefone] da casa da pessoa [que pode ter alguma informação relevante]. Olha, não tem muita ordem não! Essa coisa de telefone celular de agora... Às vezes eu fico distraído olhando os papéis e desenhando a árvore na minha folha (...) como eu estou sempre com ele no bolso, eu deixo o telefone da pizza escrito a lápis, principalmente no final de semana [rindo bastante, mas fazendo questão de destacar que aquilo ‘era verdade’].

Os rascunhos permitem também que “se imagine sobre os ancestrais”. Outro interlocutor, que disse também usar o método de folhas grandes (não necessariamente cartolina), destacou que enquanto desenhava a árvore e fazia as marcações a serem apagadas em cores diferentes (ele não mencionou o uso de lápis) gostava de se sentar em frente à folha aberta na parede, disposta como um cartaz, e “investigar”:

(...) fico pensando onde procurar mais sobre aquele ramo da família (...) com quem ele pode ter casado? De onde ele veio? Você tem que tentar imaginar

como seria naquele tempo. E um enigma: não dá pra ir a todos os arquivos (...) Se eu tenho uma boa relação com essa ou aquela família, como é o caso dos C, peço algumas informações, ou se posso dar uma olhada nas stembomen deles. Mas às vezes passam anos e você não descobre de onde veio aquele ancestral (...) é como resolver um crime.

E preciso saber quando as famílias chegaram ao país. E considerada absoluta perda de tempo “procurar por casamentos entre C e S, sendo que os S chegaram aqui em 1783”. O interlocutor adicionou que, caso se conheça as relações entre famílias hoje, é possível “investigar” melhor o passado. Algumas famílias historicamente teriam tido boas relações, e caso não se saiba com quem determinado ancestral casou, pode-se começar fazendo uma lista de famílias “próximas”. As “famílias amigas quase sempre foram amigas (...) às vezes algumas pessoas não se gostam, mas são de famílias amigas”.

Deve-se lembrar, entretanto, que “algumas famílias não existem mais” mas, ainda assim, a melhor saída é “saber que famílias são essas” e eventualmente é bom “perguntar a pessoas de famílias próximas se elas têm informações sobre os J, por exemplo [família que já não tem mais representantes no país]”. Para a interlocutora que usava as folhas de cartolina, ao mencionar as relações entre famílias atualmente, ela explicou: “você só entende o presente se souber o passado, mas você entende muita coisa do passado olhando o presente, como as famílias que mantêm a tradição”. Você “consegue ver quais famílias são mais fechadas [no sentido de não se casarem fora de determinado círculo] e isso leva séculos para mudar”. Às vezes “você tem uma intuição, mas precisa ir ao arquivo, ter por onde começar... sabendo como as famílias são, você já tem uma ideia”.

Conhecendo atributos familiares, bem como as relações entre as famílias, pode-se imaginar se determinada figura desposaria alguém de sua família. Pode-se imaginar, também, de que família era a esposa de seu ancestral: embora essa informação não seja considerada a mais relevante na produção de uma stamboom, muitas vezes se tem o desejo de saber a incidência e o quão recente foram os casamentos entre os seus antepassados e os membros de famílias importantes (notadamente, a família Nassy). Essa “investigação” ou “imaginação” que os onderzoekers fazem em maior ou menor grau, baseados em sua intuição, é considerada um atributo essencial àquele que monta genealogias. Dada a imensidão de arquivos a se buscar informações, a quantidade de papéis neles contidos e o grande número de pessoas a que

se pode recorrer, é essencial que sejam eliminadas as opções que sua intuição diz que “não aconteceram”.

ONDERZOEK

“Onderzoek é como pescar no arquivo, às vezes você passa dias esperando um peixe grande.”

As informações contidas nos arquivos da sinagoga de *Neve Shalom*¹⁸ são consideradas as mais “valiosas” e “corretas”. É difícil conseguir acesso a elas, e creio que, em larga medida, porque contém muito material genealógico ‘em potencial’. Esse material pode desautorizar genealogias, produzir material de acusação ou revelar o indesejável. Seu ‘potencial’, tão desejado por alguns, é considerado perigoso por outros. Há alguns anos, a visita de um rabino de inclinações reformistas ao país causou certo transtorno junto a algumas pessoas justamente por sua intenção em pesquisar, nos arquivos, quem era descendente de judeus, e dar a essas pessoas a oportunidade de se converter ao judaísmo.

Esses arquivos podem revelar parentelas degradadas, desautorizando grande parte dos artefatos genealógicos já cuidadosamente produzidos. Penso que esse é o maior medo na abertura dos arquivos, que se encontram em uma pequena casa de madeira no complexo da sinagoga de *Neve Shalom*. Diversas pessoas chamaram a atenção para o fato de que eles contêm informações extremamente preciosas, mas correm enorme perigo, tanto em caso de um incêndio (por se tratar de uma construção de madeira) quanto por causa de cupins, que poderiam danificar, ou mesmo destruir, documentos frágeis e importantes. Embora muitos anseiem pela abertura dos arquivos, creio que existe certo temor de que tanto a ‘antiguidade’ quanto a legitimidade pela *Hallakha* possam ser ameaçadas.

Há, além disso, o valor sentimental do que guardam os arquivos. Ali estão os testemunhos mais antigos, e com eles não se pode discutir. O arquivo, junto aos cemitérios, é o mais perto que se pode chegar da existência física dos ancestrais¹⁹. De fato, a última palavra (no que tange às parentelas e genealogias), está nos arquivos: dali se produzem e extraem os “fatos” que vão dar origem às genealogias, através do *onderzoek*. A partir deles são construídas formas de tornar o passado tangível. O que encontramos nos arquivos, segundo os interlocutores, são “fatos”, no sentido de que não há espaço para qualquer tipo de argumentação contra o que está nestes. Talvez resida, aí, mais uma razão para a dificuldade

em pesquisar os arquivos da sinagoga. Pode-se argumentar contra as genealogias, já que essas, ao fim e ao cabo, são basicamente interpretações; há sempre o espaço para o erro ou para a fé. O conteúdo dos arquivos, por sua vez, não é questionável.

E é a partir do encaixe desses fatos, encontrados em estado bruto nos arquivos, que meus interlocutores produzem suas genealogias. É importante notar que o termo “fato” (fact) é, aqui, uma categoria nativa. Refere-se, sobretudo, a algo que teria acontecido no passado e seria absolutamente inquestionável. Como bem notou Lévi-Strauss, entretanto, os arquivos por si só são desprovidos de sentido; é preciso encontrar, em seu interior, a informação que interessa, e a partir dela confeccionar o artefato que virá a atestar sua ancestralidade. O que quero dizer é que são tantos “fatos”, tantos “ancestrais”, tantas informações contidas no arquivo, que caso o judeu não seja capaz de cortá-las em algum ponto, elas não têm valor algum. Em meio a um mar de ancestrais, é preciso encontrar o seu e proceder a seus descendentes. Creio que seja por isso que cada família tenha uma ou poucas pessoas que cuidam da produção das genealogias, este não é de fato um trabalho que se possa fazer sem uma boa dose de treinamento e interesse (cf. LEVI-STRAUSS, 2005).

O arquivo é importante, também, por ser um dos pontos da rede mais fáceis de observar. Dali sai a matéria prima da ancestralidade, e o fato de uns arquivos serem mais legítimos do que outros faz com que se possa perguntar aos interlocutores como acessam este ou aquele arquivo.

- Estive ontem no Arquivo Nacional, para *onderzoek*.
- Etnógrafo: Encontrou algo interessante?
- Não, não “peguei” (catch/vangen) nada sobre minha família, nem sobre a comunidade. Um dia perdido.

Meu interlocutor fez alguns paralelos entre o *onderzoek* e a pesca, no sentido de que ambos mobilizam atributos semelhantes, como “paciência” e “atenção”. Ao explicar do que se tratava sua pesquisa, pediu que não levasse totalmente a sério a comparação, chamando a atenção para o caráter didático de sua explicação. A razão, segundo ele, é que “depois que se pega o peixe, acaba a pesca, você o come ou joga no mar (...) o *onderzoek* não é assim”. Depois que se encontrada uma inscrição, ela ainda pode estar sujeita a *onderzoek*. Em suas palavras “se eu ‘pego’ um peixe, eu o cozinho (...) se eu encontro um documento, eu continuo fazendo *onderzoek* sobre o mesmo documento, continuo ‘pescando’”. O que ele quis dizer, creio, é que a pesca compreende somente

o ato de pescar; se a intenção for comer o peixe, esse é limpo, temperado, cozido, etc. Um peixe morto não está sujeito à prática da pesca. O *onderzoek* é feito nos arquivos: é possível, como na pesca, ter um dia bom ou ruim, encontrando ou não “pistas” ou fazendo algum *ontdekking*. É necessária paciência: há inúmeros artefatos nos arquivos, mas apenas alguns te interessam. As semelhanças com a pesca terminam por aí. Depois de encontrado um objeto de interesse, o *onderzoek* continua, agora sobre ele. Além disso, “cozinhar um peixe não é pescar (...) mas mexer/lidar com documentos é *onderzoek*”. As outras práticas que vão se inscrever no sentido de produzir uma *stamboom* ou outras formas de registro também podem ser consideradas *onderzoek*, na explicação de meu interlocutor. Nem tudo é *onderzoek*, contudo: se a evidência que se localiza é muito óbvia, no sentido de não ter havido esforço em encontrá-la, o resto do processo (i.e. a inscrição em forma de *stembomen* ou outro registro) não é *onderzoek*; é simplesmente “escrever”/“anotar”/“desenhar” o *ontdekking*.

Quanto menor o esforço para se conseguir algo, menos se está fazendo *onderzoek*: após um *ontdekking* importante no arquivo, a prática pode ou não ser chamada de *onderzoek*. Ela é proporcional ao mistério das inscrições encontradas e ao esforço para encontrá-las e decifrá-las. Algumas “descobertas” (*ontdekken*) precisam de muito *onderzoek*, outras são “dadas”. A prática está ligada a um exercício intelectual, mas não só:

Para você pesquisar (*onderzoek*) bem, precisa de paciência e persistência. Para encontrar um só documento da minha família, passei dois anos indo ao arquivo nacional do Suriname duas ou três vezes por semana. De vez em quando passava oito horas lá, desde a hora de abrir até a hora de fechar. Até que um dia, de tanto eu insistir, o documento apareceu. Agora não tenho muito *onderzoek* para fazer; quando faço, faço por curiosidade sobre a história dos judeus ou para algum amigo...

Para esse interlocutor, o *onderzoek* que lhe revelou detalhes importantes sobre sua ascendência foi muito mais atribuída à paciência do que a atributos intelectuais. Após anos revirando papéis, nos quais “qualquer um teria desistido” e depois de “perder muito tempo com sua família para estar no arquivo (família aqui entendida no sentido nuclear)”, sua persistência revelou os dados que ele precisava. Diziam respeito à determinada doação feita no século XIX, que permitiriam que ele confirmasse (*double check*) que determinado membro da família G era, de fato, seu ancestral e não um homônimo,

como “alguns insinuavam”. Embora a informação já estivesse inscrita em sua árvore antes do *ontdekkking*, ele precisava de “provas”, não somente para os outros, mas porque, em suas palavras: “queria ter certeza de que Samuel G era aquele Samuel G, era uma coisa para mim, eu não ligo para o que os outros falam”.

A despeito de sua alegação de não se importar com o que os outros falam, algumas insinuações de que aquele Samuel G não se tratava do famoso plantador, feitas por pessoas que ele preferia não revelar, foram a grande motivadora do prosseguimento ao *onderzoek* que sua família já havia feito. Segundo ele, quando finalmente descobriu que era descendente daquele ancestral, não contou a ninguém; apenas registrou em sua *stambomen* e em seus cadernos, fez cópias de documentos e guardou para si. Obviamente é possível “calar invejosos” com o material encontrado mas, como ele fez questão de frisar, o “bom judeu não se gaba” e “não é bom atrair inveja para si”. Ainda que sua frequência à sinagoga se resumisse ao *Purim*²⁰, ele não queria adentrar o templo sob os olhares de “um descendente de Samuel G”. Para ele, era “muito pesado”, podendo trazer para si olhares tanto de admiração quanto de inveja; o risco de “atenção indevida / olho gordo” seriam grandes demais, ainda que ele não acreditasse nesses fenômenos, nem que um homem honesto estivesse sujeito a eles.

Ainda que tenha havido, recentemente, um alargamento no entendimento de quem é ou não judeu, não é qualquer um que pode, de fato, “ser judeu”. A judaicidade é transmitida pelo “sangue”, mas não só: o medo de que se abram os arquivos é justamente uma primeira precaução a um possível interesse de membros indesejados na vida judaica local. Segundo um senhor que conheci “não é o sangue, sangue todo mundo tem (...) é saber as coisas, conhecer as pessoas”. As árvores e a preocupação em manter o controle sobre o acesso aos arquivos não atestam somente o ‘poder’ do “sangue” como vetor de judaicidade, mas demonstram que a substância em si não torna os sujeitos judeus. Em outras palavras, o sangue judaico só passa a existir quando passível de ser inscrito em artefatos genealógicos que liguem o ego a algum ancestral judeu (ou quando a ascendência judaica é dada como certa e não questionada). Não basta, do ponto de vista biológico, ter sangue judeu: é preciso que este seja reconhecido, e passível de ser documentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Olivia Gomes da. Prelo. As Coisas dos Outros - artefatos, etnografias, histórias. (Versão manuscrita, Fev. 2013)

LAW, John. Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy, and Heterogeneity. *Systems Practice*, v. 5, n.4, p. 379-393, 1992.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O Pensamento Selvagem. Campinas: Papirus, 2005.

LOUREIRO, Thiago de Niemeyer Matheus. Genealogias, Herança e Pessoa Judaica no Suriname. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional / UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

MOL, Annemarie. Ontological Politics: a Word and Some Questions. In: LAW, John; Hassard, John (eds). *Actor Network Theory and After*. Oxford: Blackwell; Keele: The Sociological Review, 1999. p. 74-89.

MOL, Annemarie. The body multiple: ontology in medical practice. Durham and London: Duke University Press, 2002.

MOL, Annemarie; LAW, John (eds.). *Complexities: Social Studies of knowledge practices*. Durham and London: Duke University Press, 2002.

RILES, Annelise. *Network Inside Out*. Ann Harbor: University of Michigan Press, 2001.

SCHNEIDER, David M. *American Kinship: A Cultural Account*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

SEBBA, Mark. Adjectives and Copulas in Sranan Tongo. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v. 1, n. 1, p. 109-121, 1986.

NOTAS

1 Este artigo foi extraído de minha tese de doutorado (LOUREIRO, 2013). A pesquisa teve apoio da CAPES e PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, a quem agradeço.

2 Termos em holandês serão grifados em itálico sublinhado. Expressões em Sranan Tongo, crioulo local derivado do inglês e com grande influência do holandês, português e línguas da África Ocidental, serão marcados com itálico sublinhado em negrito. Para demais línguas, utilizarei o grifo em itálico simples.

3 Conjunto de leis da religião judaica.

4 Parece haver, aqui, uma reverberação interessante com os “parentes famosos” de Schneider. Muitas vezes, a relação entre o ego e esse parente é “distante e obscura”, mas a ela se dá muito maior importância maior do que a parentes mais “próximos” que podem ser “ignorados ou desconhecidos” (SCHNEIDER, 1965, p. 290).

5 Dados do “Algemeen Bureau voor de Statistiek in Suriname” (“Departamento Geral de Estatísticas do Suriname”). Órgão que produz as estatísticas oficiais no Suriname.

6 Religião tradicional afro-Surinamesa.

7 A palavra tem origem no termo hebraico Sepharad, que designa a península ibérica.

8 Ashkenaz era a denominação do hebraico medieval para a atual Alemanha.

9 O Sranan Tongo é uma língua crioula, que deriva a maior parte de seu vocabulário da língua inglesa, mas contém diversas palavras do holandês, do português e de línguas africanas (SEBBA, 1986) e é amplamente utilizada nas ruas da cidade, em interações comerciais ou relações amistosas e brincadeiras entre amigos. Determinados grupos, como os brasileiros e os chineses se utilizam largamente do Sranan para interagir com outros grupos.

10 A noção de “declaração” [enacting, to enact] sugere “uma realidade que é feita e determinada, e não observada. Em lugar de ser vista por uma diversidade de olhos (...) a realidade é manipulada por meio de vários instrumentos, o curso de uma série de diferentes práticas. Aqui é cortada a bisturi; ali está a ser bombardeada por ultrasons; acolá será colocada numa balança e pesada. Mas enquanto parte de actividades tão diferentes, o objeto em causa varia de um estádio para o outro”. (MOL, 1999, p. 6).

11 É importante problematizar a noção de rede. Quando falo em redes refiro-me ao expediente metodológico de “tratar de forma simétrica os fenômenos sociais e os ditos ‘técnico-científicos’”. (LAW, 1992, p. 4). Acompanhar e descrever as tramas de uma rede é seguir o movimento que produz a realidade a partir de inúmeras “hibridizações” e “traduções”. Essas “mediações” implicam em múltiplos deslocamentos, ocasionados pela criação constante de “híbridos” (mistos de natureza e sociedade) e do esforço em decantá-los. “Sendo assim, [toda rede é] um processo

de ‘engenharia heterogênea’, no qual elementos do social, do técnico, do conceitual e do textual são acoplados e, então, convertidos (ou “traduzidos”) em um conjunto de produtos científicos igualmente também heterogêneos. Isto acontece na ciência. Mas eu também já afirmo que a ciência não é muito especial. Logo, o que é verdadeiro para a ciência, também pode sê-lo para outras instituições. Assim, a família, a organização, os sistemas computacionais, a economia e as tecnologias – toda a vida social – podem ser delineadas de modo similar. Todos são redes organizadas de materiais heterogêneos cuja resistência foi superada. Este é o movimento crucial feito pelos autores da teoria ator-rede: a sugestão de que o social não é nada mais do que redes de materiais heterogêneos”. (Ibid., p. 2)

12 Embora muitos judeus sejam associados à organização, ela não é exclusivamente judaica.

13 Lévi-Strauss define os churinga como “objetos de pedra ou de madeira, de forma mais ou menos oval com as extremidades pontudas ou arredondadas, muitas vezes gravadas com sinais simbólicos; às vezes, também, simples pedaços de madeira ou seixos não-trabalhados. Qualquer que seja sua aparência, cada churinga representa o corpo físico de um ancestral determinado e é solenemente atribuído, geração após geração, ao vivo que se acredita ser esse ancestral reencarnado”. (LÉVI-STRAUSS, 2005, p. 263) Dessa maneira, o churinga “funciona, no meio aranda, como a unidade de uma multiplicidade: representando o corpo físico de um ancestral e feito por uma série de indivíduos sucessivos como a prova de sua filiação genealógica” (Ibid., p. 102).

14 Dessa forma, “há a lista, que não implica em dizer que lista não há listas classificatórias, mas que a lista não precisa ser classificatória. (...) Ao não classificar, pelo menos não de forma que o leitor possa reconhecer, a lista abstém-se em domesticar. Ela agrupa coisas, mas não domestica. Uma lista não precisa impor um modo único de ordenar o que nela está incluído. Itens em uma lista não são necessariamente respostas às mesmas questões, mas podem ficar juntos de maneiras diferentes, por exemplo socialmente, já que a lista pode ser resultado do trabalho de várias pessoas, onde cada uma adicionou algo a ela. Ainda assim, ela se mantém aberta, pois a lista se diferencia da classificação no sentido de que reconhece sua incompletude. Ela não precisa nem mesmo buscar a completude. Se alguém aparecer com algo para adicionar à lista, algo que emerja como importante, isso pode, de fato, ser adicionado a ela”. (MOL, LAW, 2002, p. 14)

15 Roddel, que pode ser traduzido literalmente por “fofoca”, é a forma considerada por meus interlocutores como “ilegítima” de se obter ou revelar informações.

16 Para preservar a identidade de meus interlocutores, devido ao ambiente de animosidade e rivalidade entre famílias, os sobrenomes judaicos foram substituídos por letras (A, B, C, G, S, etc.) e os que aparecem por extenso são fictícios, o mesmo ocorrendo com os prenomes. A exceção é a família Nassy, pelo fato de ser a família considerada mais importante no passado judaico surinamês.

17 Referência aos arquivos da “Comunidade Portuguesa”, hoje localizados em Haia, na Holanda.

18 Neve Shalom (literalmente “Oásis de Paz”) é a sinagoga atualmente em funcionamento, no centro de Paramaribo.

19 Mais uma vez a comparação com os Aranda parece interessante, já que “os churinga (...) [são] testemunhos palpáveis do período mítico: esse alcheringa que em sua falta ainda se poderia conceber mas que não mais seria fisicamente comprovado. Assim também se perdêssemos nossos arquivos, nosso passado não seria abolido por isso: ele seria privado daquilo que seríamos tentados a chamar de sabor diacrônico. Ele existiria ainda como passado mas preservado apenas em reproduções, em livros, nas instituições e mesmo numa situação, todos contemporâneos ou recentes. Consequentemente, ele também estaria desdobrado na sincronia.” (LÉVI-STRAUSS, 2005, p. 269)

20 Festa que comemora a salvação dos judeus da antiga Pérsia, e do plano de Haman para destruí-los.